



TALKS

Saiba como está o mercado de M&A e quais as perspetivas para 2021. Esperamos por si!

24 março | 15h00

Acompanhe em direto na plataforma multimédia JE TV, em www.jornaleconomico.pt

Convidados:



Este suplemento faz parte integrante do Jornal Económico Nº 2085 não pode ser vendido separadamente

19 março 2021 | ESPECIAL



INVESTIR EM CABO VERDE

CAMINHOS NOVOS PARA ULTRAPASSAR A AMEAÇA DA COVID-19

A posição destacada que a economia cabo-verdiana tem no continente africano enfrenta o desafio do impacto da pandemia nas receitas do predominante sector do turismo, mas sem alterar o foco na iniciativa privada e na abertura à entrada de capital estrangeiro em busca de oportunidades de negócio. Apostas nas energias renováveis, digitalização e qualificação procuram guiar o país de volta a um crescimento sustentado.

ENTREVISTA

Ulisses Correia e Silva
Primeiro-ministro de Cabo Verde

“Aquilo que defendemos não é um cheque em branco”

Diversificação da economia é a aposta do governo cabo-verdiano para fazer a recuperação pós-Covid, com perdão da dívida e parcerias com privados. ● II



SAÚDE PÚBLICA

Vacinação vai condicionar recuperação do turismo no país ● VI

EMPRESAS

AICEP reforça apoios ao investimento em tempo de pandemia ● IX

FÓRUM

Quais são as oportunidades e desafios em investir em Cabo Verde? ● X

OPINIÃO

Desafios que soam familiares

LEONARDO RALHA
Subdiretor

Um país com uma economia muito dependente do sector turístico, sempre necessitada da importação de combustíveis fósseis e com uma dívida pública não longe de arrepante quase nem precisaria de ter o português como língua oficial (já para não falar do escudo enquanto divisa) para soar familiar.

Mas Cabo Verde, talvez o país lusófono mais umbilicalmente ligado a Portugal, pelo passado, presente e futuro, tem outro ponto em comum: também procura superar o profundo impacto da pandemia de Covid-19 encarando-o como a oportunidade para um novo impulso. Transformação digital, transição energética e aproveitamento de ter “mais mar do que terra” são alguns dos rumos que podem levar o estado insular a enveredar por um desenvolvimento que permita a criação de emprego mais qualificado para os seus habitantes, travando a tendência para os procurarem noutras paragens. Tal como aumentar o empreendedorismo e reforçar o tecido empresarial com a diversificação de áreas de negócio.

É com esses objetivos em mente que o Governo de Cabo Verde procura o perdão da dívida externa que ameaça estrangular o esforço de transformação da economia, mas não menos importante é o grau de liberdade existente numa democracia consolidada e as políticas orientadas para continuar a atrair investimento direto estrangeiro.

Tratando-se de uma missão ambiciosa e que implicará muito trabalho, acaba por ser facilitada pela conjugação da estabilidade política existente nas dez ilhas atlânticas ao longo das últimas décadas com um grau de abertura à iniciativa privada que começa a dar sinais de ir faltando em países que soam não menos familiares e onde se erguem muros contra soluções como as parcerias público-privadas. ●

ENTREVISTA ULISSES CORREIA E SILVA Primeiro-ministro de Cabo Verde

“Aquilo que defendemos não é um cheque em branco”

Diversificação da economia é a aposta do governo cabo-verdiano para fazer a recuperação pós-Covid, com perdão da dívida e parcerias com privados.

LEONARDO RALHA
E JÉSSICA SOUSA

lralha@jornaleconomico.pt

Empenhado em continuar a governar o país após as legislativas de 18 de abril, o primeiro-ministro de Cabo Verde, Ulisses Correia e Silva, líder do Movimento para a Democracia (MpD), vê na crise provocada pela pandemia de Covid-19 a oportunidade para conduzir uma série de transformações estruturais na economia do país, mantendo a aposta na atração de investimento estrangeiro seguida nos últimos anos.

Na intervenção que gravou para a assembleia geral das Nações Unidas, em setembro de 2020, enumerou prioridades para Cabo Verde sair da crise provocada pela Covid-19 com uma economia muito mais diversificada. Como é que o investimento estrangeiro pode ajudar esse objetivo?

Pode e deve. Desde o início da governação definimos o investimento estrangeiro como fator importante para acelerar o crescimento, criar emprego e dinamizar a economia – concomitantemente com a criação de condições para o fomento empresarial nacional. Em termos de vontade política, de mecanismos e incentivos, temos todas as condições criadas e temos estado a desenvolver investidas para atrair investimento direto estrangeiro. Por exemplo, no sector do turismo, o mais marcante da economia cabo-verdiana, temos diversificado em termos de destinos. São Vicente é hoje uma ilha que consegue atrair investimentos, nomeadamente, a construção do hotel Sheraton com capital americano. Mas temos outras intenções de investimento que já se estão a concretizar, por exemplo, no setor da aquacultura, através de uma empresa norueguesa, a Nortuna, já está em fase de instalação.

A transformação digital, a transição energética

e a estratégia da água para a agricultura, associada a energias renováveis, são oportunidades para parcerias público-privadas do Estado com grupos privados estrangeiros e nacionais?

Constituem e tem sido feito não só um pacote de incentivos para essas áreas como a atração de investidores. Falamos de sectores ligados a transformações estruturantes para o país. Na transição energética temos a ambição de atingir 50% até 2030 de penetração das energias renováveis. Lançamos editais de forma regular e já temos compromissos de empreendedores e investidores nesse sector. Na economia digital, onde Cabo Verde tem um potencial grande, investimos no ensino desde o primeiro contacto das crianças e adolescentes com a computação e a robótica até às universidades, empresas e toda a envolvente de um ecossistema que

queremos que seja muito pujante. Tem havido muito dinamismo nesta área. Em terceiro lugar, a agricultura. Cabo Verde tem pouca terra arável e por isso definimos que a agricultura tem que ser inteligente, com capacidade de aproveitar o máximo do potencial e as capacidades que temos, que são reduzidas. Isto pressupõe uma estratégia de água, concomitantemente com aquilo de que precisamos para estar menos dependentes das chuvas. Por isso é que o investimento nas energias renováveis associadas à dessalinização das águas está em curso. Temos um pacote muito vasto e é uma área onde o investimento privado pode entrar em força. Outro sector é a economia azul, onde o potencial é enorme. Somos um país arquipelágico, com mais mar do que terra, e por isso temos condições para aproveitar bem todas as áreas da fileira identificadas como economia azul.

E o aproveitamento da energia das ondas? Há oportunidades de negócio nesse sector?

Sem dúvida. Estamos também a trabalhar em investigação e desenvolvimento, onde o papel do Estado é ter boas parcerias, nomeadamente através da Universidade Técnica do Atlântico, que foi constituída há pouco tempo. Todos os sectores e as áreas que possam contribuir para aumentar de forma significativa e acelerar a transição energética para Cabo Verde são prioritários, por razões óbvias. Somos um país que importa praticamente tudo o que consome em termos de energia e combustíveis fósseis, que têm flutuações de preços e acabam por penalizar fortemente a balança de pagamentos e também a própria fatura energética. Reduzir é essencial. A nossa meta não é só chegar a 2030 aos 50% de penetração; é chegar, também, a 2040 aos 100%. Isto pressupõe um leque de ofertas, desde a solar e eólica, à energia das ondas do mar e outras, incluindo a mobilidade elétrica, onde a meta é chegar a 2040 com 100%. Já temos algumas iniciativas na área, in-

cluindo investimentos privados para introduzir mais cabos elétricos e reduzir na gasolina e gasóleo.

No índice de liberdade económica da Fundação Heritage, relativo a 2021, Cabo Verde está na 77.ª posição, liderando entre os países africanos e ficando só atrás de Portugal, que foi o 55.º, entre os lusófonos. Acredita que esse bom cartão de visita para o investimento externo sairá intocado da crise pandémica?

Já passámos um teste importante. Realizámos eleições autárquicas em pandemia e funcionaram bem. A democracia não foi confinada. Os cabo-verdianos e os poderes públicos têm uma consciência muito grande de que a democracia é o nosso petróleo e o nosso diamante. Devemos cuidar, aprimorar e proteger para que esteja sempre pujante, pois o país depende muito da confiança das suas relações com parceiros e investidores, depende da estabilidade e da segurança. E o ambiente de democracia e liberdade garante, pelo menos, parte daquilo que pensamos ser as condições para o desenvolvimento. É algo transversal e consensual em Cabo Verde e há que proteger e aprimorar cada vez mais.

Os cabo-verdianos e os poderes públicos têm uma consciência muito grande de que a democracia é o nosso petróleo e o nosso diamante. Devemos cuidar, aprimorar e proteger para que esteja sempre pujante



O apelo que tem feito ao perdão da dívida externa não irá beliscar a imagem de Cabo Verde junto dos principais parceiros económicos?

A pandemia da Covid-19 impôs custos excepcionais e extraordinários a todo o mundo. As economias não estavam e não estão preparadas para suportar esses custos. De tal forma que a União Europeia teve de avançar com uma bazuca financeira, de mais de 700 mil milhões de euros. Países como Cabo Verde, e praticamente todos os estados insulares, são fortemente penalizados, como o resto dos países africanos, que não têm poupanças suficientes, nem orçamentais nem financeiras, para fazer face ao desafio. E como podem fazer face aos custos excepcionais? Têm de aumentar o endividamento externo. E esse não pode ser um estrangulador do processo de retoma, nomeadamente do desenvolvimento sustentável. Com estes argumentos, Cabo Verde defende um perdão da dívida externa ligado ao uso dos recursos que serão libertos para o financiamento das áreas de transformação estrutural. Em vez de estarmos a liquidar o serviço da dívida, usar esses montantes, acordados, para financiar a transição energética, o aumento da econo-

mia azul, a estratégia da água, o desenvolvimento do capital humano – um conjunto de transformações estruturais que tornam o país mais resiliente. É a nossa perspetiva, não só em Cabo Verde, mas também aquilo que defendemos para o resto do continente africano. Não é um cheque em branco, mas sim um investimento para obtermos um retorno muito mais forte e sustentável.

As previsões de crescimento económico de 4,5% em 2021 estão dependentes do controlo da pandemia em Cabo Verde e dos níveis de confinamento noutros países. Sendo difícil controlar essas variáveis, a maior prioridade tem mesmo de passar por diversificar a atividade económica e desenvolver capital humano?

A diversificação é um processo por vezes moroso porque não depende apenas dos governos e dos incentivos, mas também das empresas e dos investimentos, e por isso estamos a criar oportunidades. Estamos muito empenhados na economia azul, e já temos a resposta da Nortuna e outros estão a ver o sector do mar como uma grande oportunidade. Outro fator de diversificação é o próprio turismo.

Queremos um turismo não só de sol, praia e mar, mas de natureza, de experiência e de aventura que as ilhas podem oferecer. Incluo também a economia digital, que tem um potencial de desenvolvimento muito forte. É nessas áreas em que podemos contar com forte investimento privado e a prazo dar uma viragem para uma economia menos dependente do turismo.

Tal como Portugal, Cabo Verde depende muito do turismo como acelerador económico. Olhando para o sector, que até chegou a uma redução da taxa turística de 97,4% em janeiro, face a 2020, para 21 mil euros, pela quase nula presença de estrangeiros, como pretende o Governo reverter a situação nos anos que se seguem? Vai manter a estratégia adotada no período pré-pandemia?

Estamos a posicionar Cabo Verde como destino turístico seguro do ponto de vista sanitário. É a nossa primeira prioridade. A retoma vai depender muito dos níveis de confiança daqueles que nos visitam. Todos os aeroportos internacionais já estão classificados com certificação internacional de segurança sanitária. Sal e Boa Vista, que são as grandes ilhas turísticas, têm

estado a investir na qualificação dos recursos humanos e centros de saúde. Temos em compromisso a construção de um hospital de referência na Cidade da Praia com equipamento tecnologicamente avançado, pois esse é um fator fundamental: a confiança. Em segundo lugar, criámos todas as condições para que a retoma se dê de uma forma que possa fazer com que os turistas possam regressar progressivamente. Tivemos alguns da Polónia e da República Checa, mas são pequenos impulsos. A retoma vai depender muito do que está a acontecer na Europa, que é o principal centro emissor de turistas para Cabo Verde. E o pós-pandemia vai exigir uma diversificação de destinos internos de turismo para podermos aproveitar todas as potencialidades, nomeadamente mais virado para a natureza e que não provoque tanto ajuntamento. Lançámos uma iniciativa de turismo nas aldeias rurais para criar condições de comunidade, de funcionalidade, para que todas as ilhas possam receber um turismo diferenciado.

Como classifica o combate de Cabo Verde à Covid-19? Teria alterado alguma coisa no plano estratégico? Que erros houve?

Todos fomos postos à prova. Não havia experiência anterior e isto é válido tanto para Cabo Verde como para todos os países do mundo. Foi um choque intenso, que em pouco tempo desestruturou muitas coisas. É evidente que erros de processo existiram e existirão sempre até haver um domínio total deste vírus. Mas Cabo Verde fez um bom combate. Encerrámos as fronteiras internacionais muito cedo, a começar com Itália, de onde vem uma parte importante de turistas. Em fevereiro, antes da declaração do estado de pandemia pela Organização Mundial de Saúde, Cabo Verde já tinha tomado algumas medidas. Fomos contendo, internamente, a circulação entre as ilhas. O sector da saúde funcionou bem e tem dado boa resposta em termos de tratamento, condições preventivas e realização de testes. Somos o país africano que mais testes realiza. Em termos de proteção dos rendimentos e do emprego colocámos de pé apoios que envolvem milhões em termos de financiamento, e temos estado a evitar uma escalada descontrolada de desemprego e situações de pobreza extrema. Tem sido muito exigente, não só na parte sanitária e saúde, mas também na parte económica e social. ●

INDICADORES MACROECONÓMICOS

Covid-19 ameaça posição destacada de Cabo Verde

Escassez de recursos minerais e de solos aráveis não impediu forte crescimento económico baseado nos serviços e sobretudo no turismo.

JOÃO BARROS

jbarros@jornaleconomico.pt

A pequena economia aberta de Cabo Verde teria, no plano teórico, inúmeros obstáculos ao seu desenvolvimento, mas a verdade é que a sua prestação nas últimas três décadas coloca a nação-arquipélago num lugar de destaque entre os países africanos.

Considerado o 11.º país mais desenvolvido do continente, à frente de territórios com uma incomparável riqueza natural, como o Gana e Angola, e de economias frequentemente apontadas como um exemplo de desenvolvimento no contexto africano, como é o caso do Quênia, Cabo Verde tem prosperado através de uma forte aposta nos serviços, sobretudo no turismo.

Face aos obstáculos geográficos ao desenvolvimento do território cabo-verdiano, o país virou-se para algumas vantagens competitivas que o tornam um caso peculiar. Uma das principais passa pela qualidade e robustez da democracia da antiga colónia portuguesa, a única entre este subgrupo do continente que não experienciou nenhuma tentativa de golpe de Estado desde a sua independência em 1975.

Apesar de uma ligeira deterioração em 2020 no índice de democracia anualmente calculado pela Unidade de Inteligência do "The Economist", Cabo Verde é considerado o terceiro país mais democrático do continente africano. A estabilidade política e ausência de conflitos é um fator fulcral na promoção do principal serviço e componente do PIB cabo-verdiano, o turismo.

Aproveitando o seu clima ameno, praias paradisíacas e proximidade à Europa, o país evoluiu de 6,4% do PIB em receitas de turismo em 2000 para 25,6% em 2019, quando a indústria registou o maior peso na produção interna desde que o Banco de Cabo Verde contabiliza estas estatísticas. Esta é uma forma de ultrapassar as dificuldades criadas pela insularidade do território e pela fragmentação geográfica que apresenta, com os 544 mil habitantes espalhados por nove das dez ilhas que compõem o arquipélago.

Por outro lado, ao contrário de muitos países africanos, Cabo Verde apresenta reservas minerais es-

cassas e apenas 10% de solos aráveis, como destaca o Banco Mundial, pelo que se tornou especialmente importante encontrar vias alternativas para desenvolver o país.

A aposta no turismo acelerou entre 2005 e 2006, sendo que nesse último ano o país alcançou a impressionante taxa de crescimento de 9,4% do PIB. No entanto, a crise financeira global travou a trajetória ascendente da economia de Cabo Verde, que experienciou um período de relativa estagnação entre 2009 e 2015, resultando, ainda assim, num só ano de evolução negativa.

No entanto, a partir de 2016 o país retomou o crescimento à boleia de uma retoma da economia mundial que impulsionou novamente o sector do turismo e estimulou outra componente importante do seu PIB, as remessas de emigrantes.

Estes são resultados importantes num país cuja dependência alimentar e energética leva a défices externos estruturais. Portugal e Espanha são os seus principais parceiros comerciais, sendo o nosso país responsável por 15,2% das exportações e 43,2% das importações cabo-verdianas e o país vizinho a representar 65% e 14,5%, respetivamente, segundo dados da Société Générale. As principais exportações da nação-arquipélago são predominantemente peixe e caviar, que contabilizam 78% deste indicador, enquanto os bens petrolíferos e veículos dominam as importações.

Consequências por apurar

O peso do exterior na atividade económica cabo-verdiana é altamente significativo, o que impactou fortemente o país em 2020. O elevado peso do turismo significa

Para 2021, o Governo estima um crescimento de 4,5% assente na recuperação do turismo, depois dos 550 mil turistas a menos no ano passado

que a pandemia terá fortes consequências no PIB que ainda não são conhecidas na totalidade. No entanto, os dados até agora apurados não eram animadores: o PIB cabo-verdiano caiu, no terceiro trimestre de 2020, 18,2% em termos homólogos, uma queda que se junta à verificada no trimestre anterior, que havia sido de 31,7%.

Juntando a estes dados a quebra de 74,7% no número de hóspedes em 2020, as consequências negativas da Covid-19 serão difíceis de contornar. Apesar do reduzido impacto sanitário da doença nas ilhas, onde causou até à última terça-feira 157 óbitos fruto de 16.154 casos confirmados de infeção.

Esta crise deverá afetar a economia, que, apesar da prestação positiva nas últimas décadas, é ainda frágil e relativamente pouco desenvolvida. A quebra no turismo significou que uma percentagem significativa da população perdeu a ocupação, pelo que foram necessários programas de apoio que resultaram num aumento da dívida soberana. Esta, que vinha numa trajetória decrescente desde 2017, disparou em 2020, alcançando os 151,1% do PIB no final do ano, depois de se ter ficado nos 123,7% em 2019.

Ao mesmo tempo, a quebra nas receitas do turismo levou a um desequilíbrio das contas nacionais que também motivou o crescimento da dívida e forçará um abrandamento na busca de alguns objetivos de desenvolvimento humano, como a redução da pobreza e analfabetismo.

Para 2021, o Governo da Cidade da Praia estima um crescimento de 4,5% assente na recuperação do turismo, depois dos 550 mil turistas a menos no ano passado. Para tal, será elemento-chave a evolução das campanhas de vacinação na Europa, continente que concentra os principais mercados emissores de hóspedes para Cabo Verde, e uma adequada gestão da situação no país, onde a geografia poderá colaborar com as autoridades sanitárias, dada a maior facilidade de gerir este tipo de crises em ilhas.

Será um desafio difícil para Cabo Verde num ano de duas eleições (legislativas, a 18 de abril, e presidenciais, a 17 de outubro), mas, como afirmou o vice-primeiro-ministro Olavo Correia em novembro de 2020, cabe ao país "fazer do impossível o possível".

RETRATO

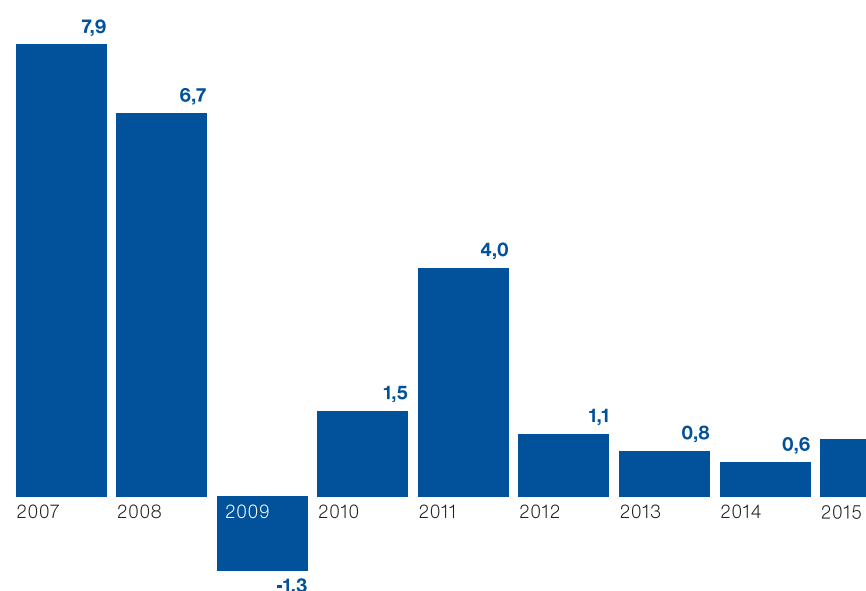
RELANÇAR DE UM ÓÁSIS ECONÓMICO E POLÍTICO INSULAR

Com a economia predominantemente assente no turismo, Cabo Verde foi significativamente mais penalizado economicamente pela Covid-19 do que sanitariamente. Apesar das contrariedades, a pequena nação-arquipélago já deu provas de contrariar as probabilidades

PRINCIPAIS INDICADORES MACROECONÓMICOS

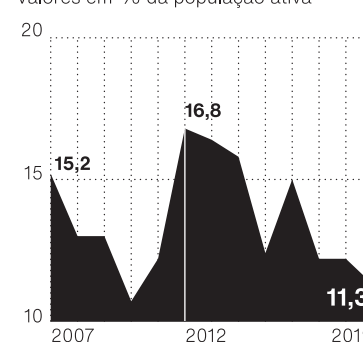
EVOLUÇÃO DO PIB

Taxa de crescimento real em %



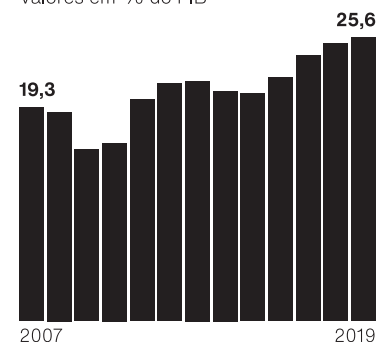
EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO

Valores em % da população ativa



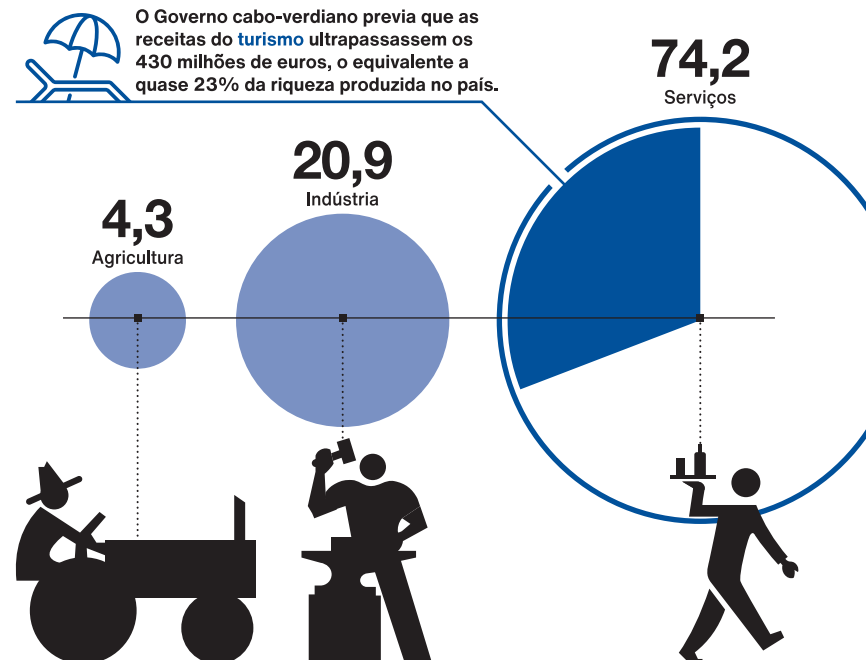
RECEITAS BRUTAS DE TURISMO

Valores em % do PIB



PESO DE CADA SETOR NA ECONOMIA DO PAÍS

Valores de 2020, em % do PIB



Fonte: Instituto Nacional de Estatística; Banco de Cabo Verde; Ministério das Finanças, The Economist

LOCALIZAÇÃO



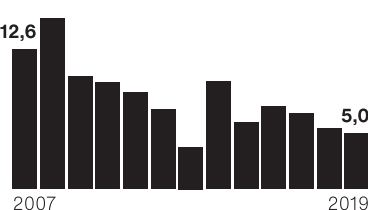
MANUEL DE ALMEIDA DAMÁSIO
Presidente dos Grupos
LUSÓFONA e ENSINUS

Como avalia o desenvolvimento atual da economia cabo-verdiana?
Estando dependente, principalmente do Turismo e de atividades de serviços, a economia cabo-verdiana tem-se ressentido da pandemia da Covid-19 e das restrições e limitações inerentes, perspetivando-se, mesmo assim, um crescimento do PIB de 3% para o ano em curso, segundo o Banco Central. Num cenário de diminuição de rendimentos, de aumento da taxa de desemprego, tal evolução económica é difícil embora se esperem melhorias a médio prazo. A política orçamental aplicada pelo Governo de Cabo Verde, que visa soluções rápidas e eficientes, dá azo a alguma estabilidade económica e fiscal e tem algumas perspetivas de crescimento.

Quais são os principais desafios que empresas e trabalhadores vão enfrentar no período de recuperação pós-pandemia?

Será necessário proceder a um planeamento estratégico realista das atividades a levar a cabo, considerando o mercado nacional e também o europeu e o mundial, sendo necessárias políticas de adaptação às conjunturas atuais e de respostas bem fundamentadas para aproveitar a retoma económica logo que seja ultrapassada a pandemia da Covid-19. Outros desafios a considerar serão a implementação de meios tecnológicos e informáticos de comunicação e da formação necessária ao aumento da qualidade dos Recursos Humanos. A finalizar, permito-me repetir o que disse ao jornal "Público", em 2017: "As instituições de ensino superior podem e devem ter um papel crucial no aumento da competitividade da economia. Para além dos óbvios benefícios que resultam da formação e capacitação de recursos humanos que irão, através das competências e saberes adquiridos, contribuir para o aumento da competitividade das empresas, existem duas outras áreas centrais onde o ensino superior tem um papel essencial a desempenhar em ordem à melhoria da competitividade da nossa economia. A primeira dessas áreas concerne à transferência de conhecimento e a segunda à internacionalização." *AR*

INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO EM CABO VERDE
Valores em % do PIB



CABO VERDE

As ilhas desabitadas foram descobertas e colonizadas pelos portugueses no século XV. Cabo Verde tornou-se posteriormente um centro de comércio de escravos e mais tarde um importante porto de reabastecimento para a caça à baleia e da navegação transatlântica.

Localização:

África Ocidental, grupo de ilhas no Oceano Atlântico Norte, a oeste do Senegal.

Capital:

Praia

Taxa cresc. da população:

1,24%

Clima:

Temperado; verão quente e seco; precipitação escassa e irregular.

População:

589.451

Recursos naturais:

Sal, rocha basáltica, calcário, caulino, peixe, argila, gesso.

Utilização do terreno:

Agricultura: 18,6%
Floresta: 21%
Outros: 60,4%

Infografia: Mário Malhão | mmalhao@jornaleconomico.pt

CABO VERDE, UM PARAÍSO PARA VISITAR. E PARA INVESTIR.



ANTÓNIO CID
Associado Sênior
FCB Advogados



SÉRGIO VEIGA MONTEIRO
Sócio
HSSM Advogados

A cerca de 550 quilómetros da costa africana, encontramos um país composto por dez ilhas e oito ilhéus vulcânicos, com praias de águas cristalinas, ritmos fortes e uma grande proximidade com a Europa. Cabo Verde, o paradisíaco arquipélago africano.

A cultura de Cabo Verde reflete uma fusão de muitas tradições, expressas na sua linguagem crioula, música e artes distintas. Com uma democracia estável, transições pacíficas de poder e uma imprensa livre, o país é seguro, tem liberdade e paz social. Geograficamente, tudo é próximo e acessível, com cidades ótimas para viver e investir. Os cabo-verdianos, por serem ilhéus, são pessoas que gostam de receber; são hospitaleiros e bem-dispostos.

Cabo Verde alcançou o estatuto de país de rendimento médio em 2007. Foi um dos primeiros países africanos a fazê-lo. A economia cresceu cerca de 7%, em média, entre 1990 e 2008, impulsionada por um forte investimento público em infraestruturas, investimento direto estrangeiro (IDE) no turismo, forte apoio da assistência oficial ao desenvolvimento e elevados níveis de remessas dos emigrantes. A combinação destes fatores permitiu um aumento acentuado do rendimento *per capita* e um aumento substancial do nível de vida do país. Depois de um abrandamento causado pela crise financeira global, o crescimento voltou a ganhar força, atingindo, em média, 4,7% entre 2016 e 2019, impulsionado sobretudo pelo investimento e consumo privados.

O turismo desempenha um papel principal na economia, com 45% do PIB e 39% de emprego, fortemente impulsionado pelos grandes *resorts* localizados nas ilhas do Sal e Boavista. Contudo, os ativos naturais do país ainda possuem uma elevada margem para novas oportunidades. Para responder aos novos desafios da economia, o Governo lançou uma ambiciosa estratégia de desenvolvimento para 2017-2021, o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS), que visa posicionar Cabo Verde

como centro de serviços e transportes entre a Europa e a África Ocidental. Embora o Governo reconheça a importância contínua do turismo para a economia do país, o PEDS prevê que se gere um crescimento mais rápido e sustentável transformando-se Cabo Verde numa economia central no meio do Atlântico; ou seja, uma economia baseada na circulação de pessoas, bens e informação e na prestação de serviços de TI e logística.

Assim, a diversificação é fundamental para apoiar o crescimento económico do país, estimular o surgimento de novas indústrias e serviços e o desenvolvimento, a longo prazo, assente em alternativas de base sustentável. O desenvolvimento de uma economia azul, maior diferencial competitivo do país, será uma grande aposta, refletindo o compromisso do país com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e com a Agenda 2030.

A transformação digital desempenha um papel vital, como a crise da COVID-19 veio provar. Cabo Verde tem vindo a desenvolver continuamente o seu setor das tecnologias da informação e da comunicação (TIC), visando acelerar o crescimento económico, impulsionar a criação de emprego e melhorar a prestação de serviços públicos. Promover a transformação digital e posicionar o país como um *hub* digital capaz de apoiar operações de *outsourcing* de negócios e *back-office*, desenvolvimento de *software* e alojamento em nuvem são considerados críticos para a concretização dos objetivos mais amplos definidos pelo PEDS, o que permitirá ao país tornar-se uma economia circular na África Ocidental.

Por estas, e outras, razões, Cabo Verde é atualmente um destino altamente atrativo para investimento estrangeiro, na área do turismo, como o setor preponderante, com excelentes indicadores antes da pandemia, bem como nas áreas das tecnologias de informação, parcerias público-privadas, agro-negócio, indústria criativa, economia do mar e energias renováveis.

Com o apoio

FCB
FCB ADVOGADOS

HSSM
ADVOGADOS



EPA VIA LUSA

SAÚDE PÚBLICA

Vacinação vai condicionar recuperação do turismo

Há que garantir segurança sanitária, diversificar oferta e reforçar transportes para a retoma do turismo. Governo cabo-verdiano está otimista, mas também admite que a recuperação “dependerá de fatores que o país não controla”.

JÉSSICA SOUSA
jsousa@jornaleconomico.pt

Sol, praia e mar. São estas as características que fazem de Cabo Verde um destino turístico perfeito e que eclipsam a voracidade dos efeitos da pandemia. Mas com os hotéis de portas fechadas, os aeroportos desertos e os cabo-verdianos confinados em casa, o país viu-se obrigado a parar.

Os últimos dados provisórios de 2020, divulgados pelo Banco de Cabo Verde (BCV), evidenciam uma quebra no número de chegadas de turistas em cerca de 70%, comparativamente a 2019. A taxa de desemprego pode ultrapassar os 17%, a movimentação de aeronaves caiu 64% e há registo de uma forte redução das receitas fiscais, o que contribuiu para uma quebra de 10% do PIB. São valores que deixam o Governo e os principais players do sector apreensivos depois de, em 2019, o país ter regis-

tado bons resultados em termos de crescimento económico, receitas de divisas estrangeiras e défice das contas públicas.

As medidas adotadas para atenuar os efeitos da crise não foram suficientes para mascarar os danos causados no principal acelerador económico do país. O próximo passo envolve uma estratégia de recuperação do turismo que per-

Sem segurança sanitária, Cabo Verde ficará impedido de atrair turistas já vacinados contra a Covid-19. Plano de vacinação prevê que 60% da população esteja imunizada só em 2023

mita a retoma económica de Cabo Verde. O Governo e o BCV mantêm-se otimistas, prespetivando que, no quarto trimestre de 2021, a economia, e o sector do turismo em particular, comecem a dar os primeiros sinais de recuperação.

“A estratégia da retoma do turismo, em nosso entender, deverá passar, obrigatoriamente, pela aposta na segurança sanitária e na vacinação célere da população contra a Covid-19”, afirma o ministro do Turismo e dos Transportes (MTT), Carlos Jorge Duarte Santos, ao Jornal Económico (JE), acrescentando que estes “são dois pilares essenciais para o reforço da credibilidade do destino Cabo Verde nos próximos anos”.

O plano de vacinação apresentado pelo Executivo de Ulisses Correia e Silva prevê que, até ao final de 2021, 20% da população cabo-verdiana esteja vacinada. Um valor que só chegará aos 60% em 2023, consoante a disponibilização das vacinas ao abrigo do programa

Covax. E embora o Governo tenha já recebido as primeiras doses das vacinas da Pfizer e da AstraZeneca, para o presidente da Câmara de Turismo de Cabo Verde (CTCV), António Gualberto do Rosário, este é um plano que não corresponde às necessidades nem à urgência da recuperação do país e do sector.

“Para o país ter sucesso neste arranque, as metas têm que ser mais ambiciosas”, reforça Gualberto do Rosário em entrevista ao JE. “O Governo deve encarar a vacinação como um investimento e não como um custo, pois dela vai depender a retoma da economia e de um sector determinante que é o turismo”.

Alertas de especialistas

Alector Monteiro, professor e investigador de Turismo das universidades de Surrey, em Londres, e de Joanesburgo, na África do Sul, considera que um plano de vacinação pouco ambicioso vai afastar os principais mercados emissores de escolherem Cabo Verde como destino turístico, impedir a atração de novos turistas com maior poder de compra, caso da Rússia, países nórdicos, continente americano e até africano, e permitir que países concorrentes ganhem uma nova vantagem sobre o arquipélago. “As Seychelles, que são um destino concorrente, querem ser o primeiro país do mundo a vacinar 70% da população com mais de 18 anos. Ainda que a sua população seja metade da cabo-verdiana, se não conseguirmos vacinar grande parte da população, principalmente nas ilhas mais turísticas, Cabo Verde não vai conseguir atrair turistas que já estejam vacinados”.

Além da aposta na vacinação massiva da população, a estratégia deve passar também pela diversificação da oferta que vai mais além do sol, praia e mar oferecidas pelas ilhas do Sal e da Boa Vista. Uma meta que já tinha sido equacionada pelo Governo no Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável 2017-2021 e cuja concretização ganhou agora maior premência. “Há a firme convicção da necessidade de apostar em diferentes subprodutos e segmentos, procurando diversificar e desconcentrar, garantir o compromisso da sustentabilidade económica, social e ambiental no crescimento que se pretende, bem como propiciar o aumento do impacto dos ganhos junto das famílias e empresas, e adotar políticas robustas de competitividade”, defende o MTT. “São quatro vértices de um quadro coerente e harmonioso de desenvolvimento para tornar o produto turístico do arquipélago mais resiliente e com maiores proveitos para o desenvolvimento do país”.

Mas para que essa diversificação da oferta seja concretizada, o que pode passar por um turismo mais voltado para a natureza, para a valorização da cultura e da gastronomia e proximidade com a comunidade residente, o Governo deve dar prioridade ao reforço dos transportes. Neste momento, o país tem quatro aeroportos inter-

nacionais na Cidade da Praia (Santiago), São Vicente, Sal e Boa Vista, mas o problema, segundo Alector Monteiro, passa pelo transporte inter-ilhas.

“Uma pessoa que chega a Santiago e queira visitar outras ilhas tem dificuldade em encontrar transportes que façam as ligações. É um problema que dificulta muito o desenvolvimento do turismo das outras ilhas”, explica.

Tendo isto em conta, o Governo deverá dar prioridade a soluções que contemplem o transporte marítimo. “Somos um país arquipélago e por isso o mar deve ser o principal meio de transporte, pois oferece uma alternativa mais rápida, efetiva, eficiente, segura e regular”, indica o presidente da CTCV.

Certo de que sem uma retoma do sector do turismo, a economia cabo-verdiana não poderá recuperar, o Governo tem pela frente um leque de dificuldades que acrescem ao facto de Cabo Verde ser um dos países mais endividados do mundo, com uma dívida pública de 145% do PIB. Embora se mantenha o otimismo, a preocupação é audível: “Se o Governo não tiver uma estratégia clara de recuperação, vamos ter uma catástrofe económica e social em Cabo Verde”, frisa Gualberto do Rosário. ●



CARLOS JORGE DUARTE SANTOS
Ministro do Turismo e dos Transportes



ANTÓNIO GUALBERTO DO ROSÁRIO
Presidente da Câmara de Turismo de Cabo Verde



ALECTOR MONTEIRO
Professor e investigador das universidades de Surrey e Joanesburgo

OPINIÃO

Privatizações e AfCFTA: as oportunidades recentes no mercado cabo-verdiano



JOANA ANDRADE CORREIA

Sócia

Raposo Bernardo & Associados –
Sociedade de Advogados, SP, RL

Incontestável caso de sucesso em África, reconhecido internacionalmente pela sua estabilidade política, económica e social, Cabo Verde é um país aberto ao investimento, começando a ser reconhecido como um *hub* internacional de negócios de e para África.

A sua privilegiada posição geoestratégica, no centro de todas as rotas mais importantes do Atlântico, que lhe permite estar próximo de quase todos os continentes e inserido em vários mercados, é potenciadora de crescimento de oportunidades de negócios em diversas áreas.

Desde o turismo às energias renováveis, agroindústria, economia marítima, infraestruturas, TIC, media e indústrias criativas, entre outras, podemos sentir a grande aposta na competitividade e produtividade das empresas cabo-verdianas.

Nessa linha, está em curso uma ampla reforma que visa transformar a Administração Pública com enfoque nos processos de relacionamento digital com cidadãos e empresas.

Como país fortemente dependente dos mercados turísticos internacionais, atualmente está a ser bastante afetado pela presente pandemia. Para mitigar os efeitos da crise, o governo de Cabo Verde tem implementado um conjunto de medidas para apoiar as empresas, designadamente através de moratórias bancárias e apoios à manutenção dos empregos. O objetivo é criar um ambiente económico estável no que tem sido chamado de “novo normal”, esperando-se um significativo investimento estrangeiro no sector da saúde, a fim de

propiciar um ambiente confiante e seguro para os setores do turismo, hotelaria e transporte, bem como para as populações locais.

Nesse sentido, Cabo Verde incentiva ativamente o investimento privado estrangeiro, concedendo-lhe um conjunto abrangente de benefícios e garantias.

Além disso, é importante referir que Cabo Verde faz parte de acordos bilaterais de proteção de investimentos com diversos países, como Portugal, Angola, Espanha, Alemanha, China ou o Fundo da OPEC, entre outros.

Em 2021, um dos pontos-chave para o mercado em Cabo Verde será a privatização de algumas empresas públicas e a concessão de serviços públicos/infraestruturas.

A este propósito, o governo anunciou um importante programa de privatização de empresas que atuam em setores estratégicos da economia do país. A atual pandemia atrasou os processos de privatização, mas espera-se que sejam retomados em 2021, constituindo assim importantes oportunidades de investimento.

As empresas a serem privatizadas em Cabo Verde atuam num amplo espectro de áreas, incluindo: segurança aeroportuária e aérea; *handling*; portos; correios; estaleiros; fornecimento de eletricidade ou água; distribuição de combustível; telecomunicações; produção e distribuição farmacêutica; pesca, entre outras. Em alguns casos, estão em causa empresas que têm um importante potencial de desenvolvimento e mesmo de internacionalização, principalmente para os mercados africanos.

Outro importante motor para a economia local e regional, bem como para o investimento estrangeiro no país, é o fato de que, desde 1 de janeiro de 2021, Cabo Verde pertence à maior área de comércio livre do mundo, a Zona de Comércio Livre Continental Africana, conhecida por AfCFTA, que potencia um círculo de maiores oportunidades de mercado. ●

A Chave para o Turismo de Cabo Verde



LUÍS BORGES RODRIGUES

Sócio da Miranda & Associados

Identificado desde há mais de uma década pelos líderes políticos como o “Petróleo de Cabo Verde”, o sector do turismo tem vindo a ser o principal motor da economia Cabo Verdiana, representando diretamente mais de 25% do PIB do país e 18% das receitas do Estado.

Com extensos areais tropicais, clima veranil durante todo o ano (que permite reduzir a sazonalidade), curta distância para o mercado europeu, mão de obra jovem, disponível e com boa qualificação, inexistência de risco cambial (o escudo cabo verdiano está indexado ao euro), segurança, estado de direito democrático e no topo dos rankings continentais de desenvolvimento humano e de boa governança, Cabo Verde reúne todas as condições para se desenvolver como um destino turístico de referência à escala internacional. Os diferentes Governos que têm alternado no poder têm mantido uma política estável de incentivo à atração de investimento externo, não só através de aprovação e manutenção de leis de proteção do investimento externo e de incentivos fiscais, como também de políticas de investimento público em infraestruturas aeroportuárias, urbanísticas e de energia, água e saneamento contribuindo por forma a qualificar e melhorar o destino.

Até à crise pandémica, Cabo Verde tinha vindo a afirmar-se como um destino emergente com boas taxas de crescimento. Consultando os dados do Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde, verificamos que o destino se diversificou e tem ganho cariz verdadeiramente internacional em vários mercados emissores europeus, o que levou, entre outras coisas, à entrada de várias marcas internacionais no destino.

De 2015 a 2019, o número de quartos em estabelecimentos hoteleiros cresceu de 10.626 para 13.092 (um crescimento de 23%). Em termos de distribuição geográfica, a ilha do Sal lidera claramente com 45,4% do total de camas disponíveis, seguido da ilha da Boa Vista com 30,4%, 8,8% na ilha de Santiago, 6,1% em São Vicente e os restantes 9,3% nas restantes ilhas.

Relativamente ao número de hóspedes no referido período, este cresceu de 569.387 para 819.308 (um crescimento de 44%), ou seja, o número de hóspedes cresceu quase ao dobro do ritmo do número de quartos, o que evidencia um crescimento da procura bastante superior ao da oferta.

Esta tendência, se por um lado demonstra o potencial de crescimento do turismo no país, por outro evidencia a existência de insuficiência do investimento externo que permita o crescimento da oferta hoteleira, dificuldades essas que se prendem, não com a falta de condições ou de projetos para investimento, mas com a dificuldade em obter soluções de financiamento.

Com efeito, o sector bancário Cabo Verdiano, encontra-se dimensionado para uma economia de um país com pouco mais de meio milhão de habitantes, não tendo tido capacidade para fazer face às necessidades de financiamento de um sector hoteleiro em expansão. A este ponto acresce a dificuldade dos investidores externos, com algumas exceções, em conseguir criar mecanismos apropriados de mobilização dos capitais necessários.

Tendo em conta a vantagem competitiva derivada não só da proximidade cultural e da partilha do idioma, mas também da existência de convenções para evitar a dupla tributação que favorece a canalização de investimentos através do nosso país, esta falta de opções para operações de financiamento e de refinanciamento, (especialmente numa altura em que existem facilidades de acesso a crédito a taxas reduzidas nos países europeus), representa uma falha do mercado que poderá constituir não apenas uma oportunidade para as empresas portuguesas do sector turístico, mas principalmente, um desafio para as do sector financeiro e de investimento, sendo o elemento chave que determinará o ritmo de desenvolvimento de Cabo Verde enquanto destino de dimensão verdadeiramente internacional, após a reabertura do turismo internacional pós pandemia.

Com o apoio de

MIRANDA
Miranda & Associados Sociedade de Advogados, SP, RL

ESTRATÉGIA

Universidades nascem para qualificar e reter quadros

Sistema de ensino superior cabo-verdiano apareceu neste século e é constituído por uma dezena de instituições, a maior parte das quais privadas. Têm nas suas mãos o desafio estratégico de preparar quadros qualificados para construir o futuro do país.

ALMERINDA ROMEIRA
aromeira@jornaleconomico.pt

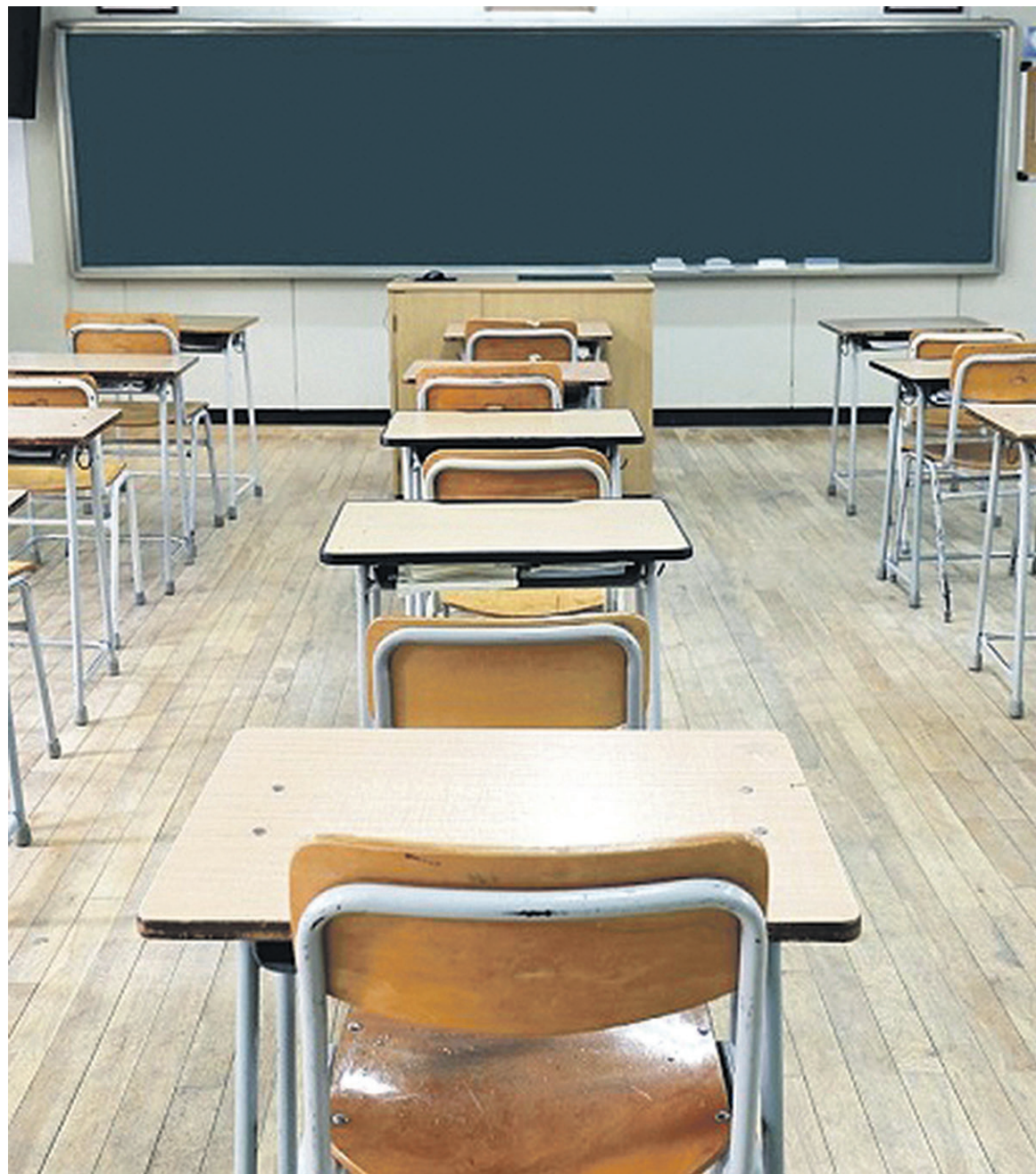
Nasceu em 2008 na periferia da ilha que lhe dá o nome, e a Covid-19 está a levá-la aos quatro cantos do mundo lusófono através do ensino à distância, cuja implementação foi acelerada devido à pandemia. A Universidade de Santiago, que assim dá o primeiro passo na internacionalização, é um exemplo de inovação num país jovem, que já este século tomou nas mãos a decisão de formar profissionais qualificados e de os reter para construir o futuro.

“O ensino superior em Cabo Verde tem cerca de duas décadas. Os dados ainda são muito embrionários, mas acredito que as universidades terão um impacto muito grande em toda a sociedade e na economia”, afirma Luís Rodrigues, director de serviços académicos e chefe do Departamento de Ciências da Educação e Letras da Universidade de Santiago, ao Jornal Económico (JE).

Na cidade de Assomada, onde abriu as suas portas e de onde, passados cinco anos, se expandiu para a Cidade da Praia e para o Tarrafal, onde tem pólos, a Universidade de Santiago contribui para o crescimento e melhoria do sistema de ensino superior. A sua oferta, diversificada, já passou por ajustes, tendo em conta a procura por parte do mercado de trabalho. Neste momento decorrem 19 cursos, dos quais 12 licenciaturas, seis mestrados e uma pós-graduação, nas áreas das Ciências da Educação e Letras, Ciências Económicas Empresariais, Saúde e Tecnologia.

Estudam na Santiago cerca de 1.400 alunos, dos quais mais ou menos 65% são do sexo feminino, coisa rara em África, onde a desigualdade de género ainda é enorme. Luís Rodrigues enfatiza este indicador, vendo-o como um instrumento que permite reduzir assimetrias e desigualdades. Também assinala o papel estruturante da criação pelo Governo da figura do estágio remunerado. “A noção que temos é que Cabo Verde tem um mercado de trabalho difícil, mas há muitas necessidades, então, os jovens, mostrando-se capazes e com uma formação sólida, acabam por conseguir triunfar”.

A Universidade de Santiago é privada. Luís Rodrigues conta-nos que na sua génese esteve um grupo de pessoas da zona Norte, que se



A Universidade Técnica do Atlântico integra o projecto Campus do Mar, que compreende também um centro de investigação e uma escola profissional
Objetivo? Concretizar a visão estratégica de Zona Económica Especial da Economia Marítima

uniram em torno do “desígnio de proporcionar aos jovens e à população em geral desta zona do país o acesso a uma educação de qualidade que pudesse vir, finalmente, quebrar as assimetrias existentes em Cabo Verde, e, em particular, nesta ilha”.

Formação na mira de todas

Das 10 instituições de ensino superior acreditadas pela Agência Reguladora do Ensino Superior (ARES), apenas duas são públicas. A Universidade de Cabo Verde é a maior do país. Está, neste momento, a construir um novo campus na cidade da Praia, que, nas palavras da reitora Judite Nascimento, traduz “uma nova etapa de crescimento e sobretudo de desenvolvimento”, no encaixe desse desígnio de formar quadros de qualidade

que ajudem a desenvolver o país. A ligação à realidade do mercado de trabalho ganha forma numa política de parcerias. No essencial, os protocolos de cooperação visam a promoção de oportunidades de



LUÍS RODRIGUES
Diretor de serviços académicos e chefe do Departamento de Ciências da Educação e Letras da Universidade de Santiago

emprego a formandos e recém-formados.

Outra instituição de ensino superior pública é a recém-constituída Universidade Técnica do Atlântico. Integra o projeto Campus do mar, que inclui também o Instituto do Mar, na área da investigação, e a Escola do Mar, que opera na formação profissional. Objetivo do projeto? Concretizar a visão estratégica do Governo da Zona Económica Especial de Economia Marítima na ilha de São Vicente (ZEEEM-SV), “sustentada no conhecimento e no desenvolvimento tecnológico e na qualificação de recursos humanos”.

Unipiaget de Cabo Verde, Unica - Universidade Intercontinental de Cabo Verde, Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais, Universidade do Mindelo, Instituto Universitário de Arte, Tecnologia e Cultura, Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais e Universidade Lusófona de Cabo Verde são as outras acreditadas pela ARES.

Manuel Damásio, presidente dos Grupos Lusófona e Ensinus, diz ao JE que desde que iniciou as atividades, no ano letivo de 2007/2008, a Universidade Lusófona de Cabo Verde já foi frequentada por mais de cinco mil alunos, dos quais se licenciaram cerca de 40%, ou seja, à volta de dois mil. “Hoje são quadros aptos e valiosos ao serviço de Cabo Verde”, destaca.

O objetivo principal é o ensino, a investigação e a prestação de serviços nos vários domínios da ciência, da cultura e das tecnologias, numa perspectiva interdisciplinar e especialmente, com vista ao desenvolvimento dos países e povos de língua portuguesa. “Em média, são diplomados mais de 100 alunos em cada ano letivo; o que é um contributo significativo, numa realidade carente de técnicos e quadros superiores”, adianta Manuel Damásio.

Mais recentemente, a Ensinus realizou uma parceria com o grupo hoteleiro Oásis visando, em cooperação com a Câmara Municipal do Sal, a criação de uma Escola de Formação Profissional. “Percebemos que existe por parte do Estado e do Governo cabo-verdianos um conjunto de necessidades que decorrem das áreas estratégicas que o país definiu”, acrescentou ao JE Teresa Damásio, administradora do grupo. Poderá, assim, ser a próxima instituição de ensino a vir a nascer no arquipélago. ●



Cristina Bernardo

EMPRESAS

AICEP reforça apoios ao investimento em tempo de pandemia

Agência de apoio ao investimento reitera que Cabo Verde tem fatores de atratividade que continuam a atrair interesse estrangeiro. Níveis de investimento externo atingiram novo recorde em 2020.

JÉSSICA SOUSA

jsousa@jornaleconomico.pt

O Governo de Cabo Verde adotou um conjunto de medidas de caráter económico e social, que visaram apoiar as micro, pequenas e grandes empresas, bem como os sectores mais vulneráveis e os trabalhadores que mais sentiram os impactos da pandemia.

A concessão de moratórias bancárias e o regime simplificado de suspensão do contrato de trabalho, mais conhecido por *lay-off*, foram as duas principais medidas apontadas. Certo é que, embora 71,6% das empresas inquiridas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) de Cabo Verde tenham afirmado não ter tido nenhum investimento em curso durante o segundo trimestre de 2020, 25% garantiram o inverso

– valor que vai em linha com os níveis de investimento estrangeiro que, durante o mesmo período, continuaram a subir.

Segundo a agência estatal Cabo Verde TradeInvest, o país fechou 2020 com um recorde de investimentos externos de 1.244 milhões de euros, num total de 27 projetos que estimam a criação de 12.435 postos de trabalho, nomeadamente, o investimento privado de 61,9 milhões de euros que prevê a instalação de dois hotéis de cinco estrelas das cadeias internacionais Sheraton e Le Méridien, em São Vicente, entre 2022 e 2025.

“Os fatores de atratividade ao desenvolvimento da economia cabo-verdiana e ao investimento estrangeiro continuam a existir”, diz Luís Castro Henriques, presidente da Agência para o Investimento e Comércio Externo de

A AICEP, em parceria com a CTVI, procurou fortalecer o apoio às empresas portuguesas, tornando mais acessível a informação sobre o ambiente de negócios e os incentivos fiscais e financeiros existentes

Portugal (AICEP) ao Jornal Económico (JE).

Todavia, no que toca ao investimento português, a AICEP tem vindo a detetar uma desaceleração. “Nos últimos anos tem-se verificado uma tendência de diminuição ao nível do investimento direto de Portugal no exterior (IDPE) em Cabo Verde, com alguma perda de quota de mercado, em detrimento de outros países”, reporta o mesmo responsável, acrescentando, porém, que Cabo Verde ocupa o 24.º lugar enquanto cliente de Portugal e a 102.ª posição como fornecedor, “consolidando a sua posição como o segundo mercado mais importante para as exportações portuguesas no contexto económico dos PALOP, logo a seguir a Angola”.

Com a chegada da pandemia, a entidade viu-se na necessidade de

reforçar os apoios ao sector empresarial de forma a que o investimento nas dez ilhas ultrapassasse o abrandamento expectável. Em outubro de 2020, em parceria com a Cabo Verde TradeInvest, a AICEP celebrou um memorando de entendimento que permitiu fortalecer o apoio às empresas portuguesas que pretendem investir neste país lusófono, de forma a tornar mais acessível a informação sobre o ambiente de negócios e os incentivos fiscais e financeiros existentes para os empresários.

Por outro lado, apostou-se na coordenação de esforços com a finalidade de estabelecer uma rede de contactos empresariais que tenham como objetivo facilitar a circulação de informações sobre oportunidades de negócio, disponibilizando a Cabo Verde TradeInvest um serviço que engloba desde o processo de instalação da empresa, passando pela resolução de problemas burocráticos junto de outras instituições públicas, ou pela ajuda na montagem de processos de reinvestimentos e exportação.

Ainda durante a pandemia, as empresas portuguesas do sector logístico a operar no mercado cabo-verdiano conseguiram, em articulação com a AICEP, ultrapassar alguns custos de contexto, e garantir o abastecimento regular de mercadorias essenciais sem rupturas, como por exemplo bens alimentares, medicamentos, combustíveis e materiais de construção, o que permitiu a continuidade da atividade económica, apesar das ineficiências e dificuldades existentes ao nível das cadeias de abastecimento globais.

Incremento na cooperação

Já no âmbito da presidência cabo-verdiana da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que decorre até julho, Castro Henriques explicou ao JE que a AICEP “pretende promover ações que visem incrementar a cooperação económica e comercial, através da cooperação institucional interagências nos mercados dos PALOP”.

“Atendendo à permanente dinâmica de chegada de novos *players* internacionais ao mercado de Cabo Verde, o estreito relacionamento entre a AICEP e os agentes económicos portugueses contribui para que Portugal continue a manter o seu estatuto de principal parceiro económico e de desenvolvimento de Cabo Verde”, reforça Castro Henriques.

Embora a pandemia, o risco de surgimento de novas vagas, e consequentemente, um novo confinamento, não permita que o sentimento de investimento recupere, a agência reitera a confiança no potencial em apostar no futuro de Cabo Verde, argumentando que “existe uma história e cultura comum, em que os produtos portugueses gozam de bastante notoriedade, bem como os produtos cabo-verdianos são muito bem aceites junto dos portugueses”. ●

FÓRUM

EMPRESÁRIOS E ALTOS RESPONSÁVEIS APONTAM CAMINHOS PARA O FUTURO

Credível, seguro e estável, são alguns dos adjetivos que justificam a importância do investimento estrangeiro em Cabo Verde. Embora a recuperação pandémica seja o principal desafio, especialistas relembram leque de oportunidades existente no país.

1 QUAIS FORAM OS PRINCIPAIS IMPACTOS DA PANDEMIA?

2 QUAIS SÃO AS OPORTUNIDADES E DESAFIOS PARA INVESTIR EM CABO VERDE?



ÓSCAR SANTOS
Governador
do Banco de Cabo Verde

1. A pandemia causou e tem causado disrupções com impactos incertos e difíceis de calcular. Cabo Verde foi particularmente afetado, dadas as suas características intrínsecas, de uma pequena economia aberta, muito concentrada na prestação de serviços e vulnerável ao ciclo económico da área do euro. O distanciamento social involuntário e voluntário, a interrupção de atividades recreativas, a interdição de viagens, a diminuição de rendimentos da população que perdeu ainda que temporariamente o posto de trabalho e/ou remuneração complementar explicam a recessão histórica que o país está a enfrentar. A acertada, coordenada e tempestiva reação das autoridades, com medidas de cariz social, fiscal e financeiro, terá impedido consequências mais gravosas. As medidas de política implementadas pelo governo e banco central visaram, particularmente, o apoio à tesouraria das empresas para lhes permitir manter os postos de trabalho e capacidade para retomarem as suas atividades logo que a pandemia esteja sob controle. Paralelamente, dada a importância do turismo para o país, as autoridades nacionais têm estado a trabalhar na certificação da segurança do destino Cabo Verde. Neste quadro, acreditamos que o país estará em condições de recuperar das severas consequências desta crise, ainda que gradualmente.

2. A estratégia de desenvolvimento do país assenta na premissa de prestação de serviços de alto valor acrescentado, tirando partido da localização geoestratégica. A estabilidade, económica, política e social, bem como a credibilidade internacional constituem importantes ativos intangíveis

do país, que, se bem utilizados, como têm sido, continuarão a atrair investimentos para o país. O capital humano, as infraestruturas físicas já disponíveis (morfologia de comunicação), o potencial energético e a proximidade a um mercado vasto (África Ocidental), pese embora a necessidade da sua requalificação e melhor exploração constituem, igualmente, importantes oportunidades para se investir em Cabo Verde. A aceleração da digitalização da economia, com consequentes ganhos de eficiência é também uma oportunidade que não pode ser descurada. No que se refere aos desafios aponta-se o mercado doméstico exíguo, os custos de contexto elevados (agravados pela descontinuidade territorial), a qualidade aquém do ambicionado dos serviços prestados e das institucionais nacionais, etc. É fundamental o investimento contínuo na infraestrutura física e institucional do país.



FERNANDO JORGE MOEDA
Vice-presidente da Confederação
Empresarial-CPLP (Cabo Verde)

1. Ainda é cedo para falar da recuperação dos efeitos e impactos da pandemia na economia. Aliás ainda nem se conhecem os verdadeiros impactos. Fala-se num défice que pode chegar aos 11% do PIB e um desemprego que pode atingir 20% da população. O mundo empresarial foi muito atingido, nomeadamente o sector do turismo e atividades conexas e as medidas tomadas pelo Governo de apoio às empresas e aos rendimentos não foram suficientes. Creio que o mundo e Cabo Verde não fogem à regra. Tem de haver medidas de apoio às empresas para fazer face à situação e aos trabalhadores deve ser assegurado rendimento e formação para poderem adaptar-se aos novos tempos. Para o desafio do relançamento da economia é fundamental e imprescindível um plano de recuperação consistente e de re dinamização da atividade empresarial com foco na recuperação dos empregos e dos rendimentos e na diversificação da economia cabo-verdiana, hoje completamente ancorada no turismo essencialmente *all inclusive* e com pouca conexão à economia local. A melhoria do ambiente dos negócios, o alargamento e diversificação da nossa base produtiva e a aposta na economia digital são fundamentais. O desafio sanitário é um eixo muito forte pois o controlo da pandemia é um pré-requisito para a retoma da atividade económica. É imprescindível por

isso assegurar com urgência a vacinação e a imunização da população como condição indispensável para a retoma do principal sector da economia nacional, que é o turismo, criando assim confiança junto dos mercados emissores e dos operadores.

2. Cabo Verde beneficiou do fim da crise mundial e retoma do crescimento da economia. Há uma tendência de crescimento desde 2015 em que a economia cabo-verdiana começou a retomar a dinâmica de crescimento verificada antes da crise de 2008 e que infelizmente foi interrompido com o surgimento da pandemia. A economia cabo-verdiana continua ainda vulnerável. O país continua a depender quase exclusivamente do turismo e serviços conexos e nos últimos cinco anos falou-se muito na diversificação da economia, mas nenhuma medida concreta foi empreendida. Houve um abrandamento no investimento no sector primário e as secas acabaram por complicar ainda mais a situação. O país tem ainda fraca capacidade produtiva, depende fortemente das importações, tem problemas de transportes (aéreos e marítimos) que limitam a mobilidade de pessoas e bens entre as ilhas, além das assimetrias regionais. Há também o problema da deficiente redistribuição de rendimentos, o que afeta o consumo e o investimento por parte das famílias. O elevado nível do desemprego, sobretudo desemprego jovem, a formalização da economia e o combate à pobreza constituem grandes desafios a enfrentar. Nos últimos anos, a dívida pública continua a disparar, situando-se em 145% do PIB. Esse aumento da dívida pública e o forte recurso ao endividamento público por parte do Estado representam um factor de concorrência com o sector privado de acesso ao financiamento. Somos otimistas em relação ao futuro de Cabo Verde e da sua economia. A adoção de outras políticas mais assertivas, o lançamento de um plano de recuperação da economia consistente, bem como a implementação de políticas eficazes que garantam a segurança sanitária e das pessoas e a mobilidade entre as ilhas serão necessários para a retoma do crescimento económico, dos empregos e dos rendimentos.



EURICO MONTEIRO
Embaixador de Cabo Verde
em Portugal

1. Se a pandemia tem sido uma desgraça para todos, para Cabo Verde ela tem tido um impacto ainda

mais forte. Chegou na pior altura, num momento que o país registava um crescimento económico, em 2019, acima de 6%, e uma redução de 12% para 10,1% do desemprego. O turismo em 2020 foi completamente esmagado pela pandemia. Ainda se registou alguma procura no primeiro trimestre, estimada em mais de 170 mil turistas. A partir de meados de março, a queda na procura foi brutal, descendo para valores perto de zero. A taxa de desemprego quase duplicou, atingindo valores que rondam os 20%, e registou-se uma grande contração da economia que, em setembro, estimava-se em 15%. O transporte aéreo apanhou uma pancada brutal, paralisando completamente os projetos da Cabo Verde Airlines e mergulhando a empresa numa situação complicada que, com muito esforço e apoio do Estado, se procura ultrapassar. Os pequenos negócios e o comércio informal, pelas restrições impostas pela pandemia, foram altamente atingidos, com perda acentuada de rendimento das famílias. Obviamente que o Estado aprovou um pacote de medidas de emergência para atenuar os impactos, mas são medidas de mitigação do sofrimento e não propriamente cura para os males da pandemia. São tempos difíceis para todos, mas sobretudo para pequenos países, insulares, arquipelágicos e de economia ainda frágil.

2. Cabo Verde oferece segurança aos investidores e aos seus investimentos, pois tem estabilidade política, social e fiscal. País de brandos costumes, muito jovem e com grande apetência para os estudos e para a inovação, trata as empresas com capital externo ou estrangeiro em condições de absoluta igualdade às demais. A partir de Cabo Verde, são imensas as oportunidades no mercado desta região ocidental africana. Mesmo tomando em consideração apenas o território do país, é preciso realçar que aos 600 mil residentes devemos anotar o facto de, em 2019, termos tido mais de 800 mil turistas e de termos uma emigração com perto de um milhão de pessoas, com grande mobilidade entre a terra natal e os países de acolhimento. Tudo isso é mercado, vivo e dinâmico que representa oportunidades. Áreas do turismo e afins (que não se resumem a praias e sol), transportes marítimos, ambiente, energia, novas tecnologias, agroindústria e serviços de um modo geral. Tem todas as condições para plataformas para prestação de serviços de diversa natureza. Tem uma posição geográfica, capital humano e oferece segurança máxima ao investimento! Cabo Verde é um país credível, de confiança e tem sido bem gerido ao longo dos tempos.



EDMILSON MENDONÇA
Diretor de Operações da Bolsa
de Valores de Cabo Verde

1. Apesar do contexto pandémico, a Bolsa de Valores de Cabo Verde (BVC) terminou 2020 com um total de 184 títulos cotados, dos quais 172 eram títulos do Tesouro, seis obrigações *corporate*, duas obrigações municipais e quatro ações ordinárias, fazendo com que a capitalização bolsista global atingisse no final do ano cerca de 736,8 milhões de euros, após uma variação positiva de 6,5% face ao ano anterior, o que representa cerca de 44% do PIB de Cabo Verde. O maior impacto ocorreu nos primeiros meses de confinamento, do final do primeiro trimestre ao início do terceiro trimestre de 2020, período esse em que se registou uma menor frequência e volume de transações. Efetivamente, ao longo de 2020 tanto a frequência (número) como o volume de transações no Mercado Secundário (segmento "operações em bolsa") foram superiores a 2019. Registou-se um volume de transações de cerca 617,8 mil euros após um crescimento de 317,5% face ao período homólogo. Em termos de frequência de transações, registaram-se cerca um pouco mais de 120 transações (compras e vendas) após uma variação positiva de 46,51% face ao ano anterior. Dessas transações, durante todo o segundo trimestre de 2020, ocorreram apenas oito. No primeiro trimestre foram 36 transações e ao longo de todo o segundo semestre foram pouco mais de 80. É de realçar ainda o papel da BVC na mobilização de recursos para o financiamento da economia. Durante o ano de 2020, o volume global de operações no mercado primário foi de 137,2 milhões de euros, registando uma variação positiva de 1,14% em relação ao ano de 2019. Destas operações Destacam-se os leilões de TT que atingiram o montante de 131,7 milhões de euros, traduzindo um aumento de 7,3% face ao período homólogo. É importante ainda salientar a importância dos canais digitais. Durante o ano de 2020, das 126 ordens executadas (63 compras e 63 vendas), 36 tiveram origem do site de negociação da BVC que entrou em funcionamento em finais de 2019, representando cerca de 29% do total.

2. A BVC prevê a realização de pelo menos quatro ou cinco operações de financiamento às empresas e maior dinamização do mercado secundário por via da maior utilização dos canais digi-

tais. Para tanto, tem na agenda um conjunto de desafios que fazem parte integrante do plano de atividades e que serão objeto de atenção especial, com destaque para: uma comunicação mais assertiva, mais ações de educação e literacia financeira, aposta na internacionalização e integração regional do mercado de capitais, maior aproximação à diáspora (Diáspora Bond), implementação do Market Makers visando a dinamização do mercado secundário, promoção de alternativas de financiamento às médias empresas e municípios, promoção de mercados alternativos e sustentáveis (Green Bond, Social Bond e Blue Bond) e aposta na aceleração digital, entre outros.



HONÓRIO MENDES GOMES
CEO da Nova Consulting -
Consultores De Contas

1. O Governo de Cabo Verde soube gerir na medida do possível a situação. Diria que todas as medidas tomadas pelo Governo de Cabo Verde minimizaram significativamente, de forma direta ou indireta, os efeitos da crise sanitária, económica e social. Naturalmente que o Governo não podia evitar todas as consequências, a economia quase que estagnou, principalmente no sector turístico e de restauração. Apesar das medidas, assistiram-se a algumas perdas de postos de trabalho e encerramento de atividade mas de uma forma geral, diria que as empresas souberam bem aproveitar as iniciativas legislativas. Se o país está preparado para dar início a uma recuperação, diria que internamente sim, já provou a sua capacidade e competência. Mas tratando-se de uma pequena economia insular com escassos recursos, cujo grau de abertura é superior a 100%, naturalmente que estamos bastante vulneráveis a qualquer choque externo. Teríamos que aguardar uma possível recuperação económica dos países emergentes e desenvolvidos para se afirmar o início da recuperação no sector turístico, que é o sector *pivot* da economia cabo-verdiana.

2. Não obstante os seus escassos recursos naturais e a sua pequena estrutura superficial dividida por 10 ilhas no oceano, sendo uma não habitada, Cabo Verde destaca-se pela excelente localização geográfica. A centralidade no Atlântico permite-nos estar inseridos em vários mercados, pois, entre os quatro continentes pode-se mobilizar facilmente, estando Cabo Verde no centro. Outro fator oportuno prende-se com a evolução social e a modernização. Somos um povo moderno, tentámos ao longo da nossa história acompanhar sempre a evolução mundial, seja por ensino, qualidade de educação, investigações, mas sobretudo porque o Estado de Cabo Verde sempre esteve preocupado com o seu povo, delineando políticas públicas assertivas, de infraestruturação, formação e capacitação. Quanto ao ambiente de negócio, é um país muito acolhedor. Temos casos de sucesso, existem já condições propícias para fazer negócio, seja nas infraestruturas, ou na qualidade e eficiência dos

serviços públicos. Relativamente às políticas atrativas ao investimento, que na minha opinião interessam muito aos investidores, destacaria o crédito fiscal em sede do IRPC e IRPS; as isenções do imposto de selo nos contratos de financiamento; as isenções de direitos aduaneiros; a isenção IUP nas aquisições dos edifícios; o *Green Card* com benefícios fiscais; a redução da carga fiscal a não residentes ou residentes não habituais e a isenção do imposto nas compras e vendas de ações.



FRANTZ TAVARES
CEO da INOVE
Consultores Empresariais

1. A economia cabo-verdiana enfrenta desafios sem precedentes desde o início da pandemia no início de 2020. O encerramento de fronteiras e as limitações impostas em quase todos os países do mundo reduziram de forma significativa a circulação de pessoas e mercadorias. Tanto a nível local como internacional as agências de viagens, operadoras de turismo, companhias aéreas, hotéis, *resorts*, restaurantes, lojas e até aeroportos correm o risco de encerramento permanente. Numa pequena economia baseada em serviços, como a de Cabo Verde, o impacto é bastante forte. Representando mais de 25% do PIB de Cabo Verde e sendo um dos sectores mais dinâmicos na geração de empregos, as medidas de confinamento generalizado, em particular nos países europeus, causaram o encerramento quase total do sector do turismo e uma redução significativa de atividade em vários sectores da cadeia de valor, como os transportes, a distribuição, o agronegócio e diversos serviços. Dados da Autoridade Aeroportuária apontam que, desde março de 2020, Cabo Verde registou uma redução de 94% nas chegadas de turistas. Com essa queda abrupta, 90% dos hotéis fecharam as portas, causando *lay-off* em massa de trabalhadores em todos os sectores. Em consequência, as estimativas oficiais apontam para uma recessão económica em torno dos 11% em 2020 e com uma taxa de desemprego superior a 20%. Perante esta situação muito precária, o sistema de segurança social, as medidas de proteção de rendimentos das famílias, de acesso à liquidez das empresas disponibilizadas pelo Estado e o aumento das remessas dos emigrantes sustentaram o consumo privado e têm sido fundamentais para o recomeço de atividade de determinados sectores e a preparação das empresas e operadores do sector turístico para a retoma.

2. Os fortes pilares sociais, ambientais e económicos do país, associados à sua localização geográfica vantajosa, no meio de quatro continentes, colocam Cabo Verde numa posição muito boa para uma rápida recuperação económica com a retoma da atividade económica global, em especial das viagens e turismo. Economistas acreditam que as economias pequenas, abertas e baseadas em serviços serão as

primeiras a aproveitar com a recuperação pós-pandemia. Com as taxas de infeção e mortalidade em tendência de queda desde o início de fevereiro e aumento da vacinação em todo o mundo, Cabo Verde vê a luz no fundo do túnel e os operadores turísticos começam a preparar a reabertura. A capacidade das empresas em tirar partido da recuperação económica depende fortemente da recapitalização. Este cenário oferece excelentes oportunidades para veículos de investimento financeiro, como fundos de investimento, *private equities* e o capital de risco cuja entrada no capital de empresas com uma boa performance histórica pré-pandemia venha a permitir o reforço o capital, o *de-risking* das empresas e a sua preparação adequada para o aproveitamento das oportunidade de retoma económica. Uma das lições apreendidas definitivamente com esta crise é a de que Cabo Verde não pode hesitar mais na diversificação da economia. Isso passa por contornar desafios estruturais e infraestruturais ainda existentes em vários sectores e que constituem, *per si*, oportunidades de negócio e investimento. No sector do agronegócio, sobretudo o acesso e distribuição da água, o acesso à energia e a logística de distribuição. No sector das pescas, a instalação de centros de recolha e armazenagem do pescado, a atividade de reparação naval e o fornecimento de materiais e equipamentos para a pesca. Estes dois sectores têm à disposição um enorme mercado interno hoje ocupado por produtos substitutos importados de qualidade inferior e um mercado da diáspora quase desprovido da oferta nacional.



ANTÓNIO CID
Associado Sénior
da FCB Advogados

1. A pandemia conduziu a economia global para níveis de risco e de incertezas elevados. As medidas de contenção que envolvem restrições de viagens, distanciamento social e quarentenas afetaram diretamente o turismo e a produção a nível mundial. Para as pequenas economias insulares, como Cabo Verde, choques exógenos afetam, com relativa facilidade, a dinâmica da atividade económica. O turismo, enquanto principal sector da economia cabo-verdiana, foi severamente afetado e contagiou os demais sectores. Isto resultou na redução de oportunidades de negócios, na perda de empregos e na queda da produtividade, e, por definição, na recessão do PIB, quando a previsão pré-Covid de crescimento da economia cabo-verdiana em 2020 se situava nos 5,5%. Para 2021, o PIB deverá crescer em torno de 5,1% num cenário base. No entanto, dado ao risco de uma retoma mais lenta da mobilidade e turismo, o crescimento poderá situar-se em torno de 3%. Através da iniciativa Covax, da OMS, Cabo Verde já beneficiou de mais de 100 mil doses de vacinas. Com o plano nacional de vacinação contra a Covid-19, o Governo de Cabo Verde tem o objetivo de vacinar 60% da população do país até finais de 2023,

garantindo a imunidade de grupo. De salientar que, no plano de vacinação, os grupos prioritários incluem também os profissionais do sector da hotelaria e de apoio ao turismo. Procura-se assim contribuir para a segurança dos cidadãos nacionais e dos turistas que pretendam visitar Cabo Verde, criando uma imagem de segurança do mercado turístico e potenciando a aceleração da recuperação da economia nacional.

2. As principais oportunidades de investimento enquadram-se no sector do turismo, além do turismo *all inclusive*, tecnologias de informação, agronegócio, indústria criativa e parcerias público-privadas, e acesso ao mercado da CEDEAO, tendo Cabo Verde como um *hub*. Os principais desafios são a insularidade, com impactos na eficiência dos transportes marítimos e aéreos, seca e irregularidade da precipitação, falta de diversificação do sector do turismo, e a centralização da economia em determinadas ilhas.



MIGUEL PINTO
Diretor comercial
da Frescomar

1. Neste momento, a recuperação sem vacinação é complicada. As medidas continuam muito restritivas e somente o rastreio populacional com uma testagem mais elevada poderá transmitir a real situação pandémica no país. O mais importante é recuperar o principal ativo contributivo para o país: o turismo. É absolutamente fundamental e não só o turismo em massa, mas também nas ilhas do Sal ou Boa Vista. Falo na generalidade das viagens, circulação de pessoas. Caso se verifique um retrocesso nos processos de vacinação nos países emissores será dramático para a situação laboral. Quanto às oportunidades creio existirem diversas. A pandemia também nos veio transmitir uma nova ideia de desenvolvimento e defendemos de forma pragmática um foco para o país, particularmente nas áreas das novas tecnologias, serviços, saúde e agronegócio.

2. Cabo Verde vem aumentando a resiliência a fatores sempre adversos. A estabilidade política, as condições socioeconómicas e, sobretudo, uma política monetária estável vêm criando condições para um desenvolvimento contínuo da economia. Se recuarmos para o início de 2020, as perspetivas de desenvolvimento, e sobretudo as taxas de crescimento para um país periférico e com 600 mil habitantes, eram muito interessantes. A realidade hoje é outra e talvez possamos ser mais penalizados com a pandemia, mas como disse anteriormente desafios são uma constante e as oportunidades surgem.



VICTOR ANDRADE
Diretor de Marketing e Canais
Digitais da Garantia Seguros

1. Como se sabe, Cabo Verde comemorou no ano passado, a 5 de Julho, o seu 45.º aniversário de independência nacional. Sob o manto sombrio da pandemia de Covid-19 e anos consecutivos de seca, o momento foi de evocação da luta incessante de um povo que transformou dez grãosinhos de terra no meio de oceano num país de médio rendimento, à data considerado inviolável. O exercício de 2020, fortemente marcado pelos efeitos da pandemia, inverteu drasticamente a tendência crescente que a economia mundial vinha apresentando. O ano começou impulsionado por um contexto bastante favorável à economia nacional, registando, nos primeiros três meses, forte aumento da procura turística, das reservas externas e do investimento direto estrangeiro. No entanto, com o aparecimento do novo coronavírus o mundo balançou e Cabo Verde não fugiu à regra. As previsões económicas, apresentadas pelo FMI, apontam para uma recessão na ordem dos 6,8%, impulsionada pelos efeitos do fecho de fronteiras e do confinamento no sector do turismo, que representa cerca de 25% do PIB. Contudo, baseando no contexto da nossa história, apesar da pandemia ter sido devastadora para a grande maioria dos sectores do país e do mundo, acredito que estamos preparados para dar início à recuperação. Alias, já o estamos fazendo. EXistem movimentações que apontam nesse sentido. Já estamos a receber turistas, já se realizam algumas atividades que estavam completamente encerradas e já recebemos as nossas primeiras vacinas. Também o mundo já conhece melhor o vírus, ou seja, gradual e paulatinamente, vamos voltar à "normalidade". Agora é certo que, até para atingirmos os patamares em que nos encontrávamos antes da pandemia, a prevenção, o trabalho e o esforço terão de ser de todos e de cada um, mas como cabo-verdianos, juntos, ultrapassaremos mais este desafio, pois a vida não pode parar.

2. As grandes mais-valias de Cabo Verde, e que sempre constituíram vantagem competitiva para o país, são a estabilidade política e legal, a nossa localização geoestratégica, o clima, os nossos recursos (humanos e naturais) e a nossa diáspora, que em grande parte transmite a morabeza que nos caracteriza junto de outras culturas. Neste contexto e sem prejuízo das apostas mais recentes e grandiosas, nas tecnologias e no digital, acredito que as maiores oportunidades de investir estão ligadas ao turismo e ao mar. Em contramão, os maiores desafios consistem em melhorar aspetos relacionados com a insularidade (transportes) e segurança.



Apoie o jornalismo independente.

S	Q	N	V	A	H	I	P	A	N
I	H	B	T	X	Q	N	O	J	F
M	A	P	L	R	X	E	U	V	R
Q	A	O	B	C	X	T	P	J	L
X	S	U	B	S	C	R	E	V	A
N	O	V	T	P	V	H	Q	M	J
X	N	E	X	Z	N	J	X	H	I
P	L	N	R	N	Q	B	S	X	M

Subscreva hoje em leitor.jornaleconomico.pt/assinaturas/produtos ou ligue 217 655 300

   /JornalEconomico/